

## FORMALIZAÇÃO LÓGICA DA NARRATIVA E FORÇA REFERENCIAL

---

*Luís de Oliveira e Silva*

A pretensa formalização lógico-gramatical da narrativa (Propp 1928; Todorov 1969; Genette 1972; Bremond 1973; Chatman 1978; Prince 1973 e 1980), que não deixa de estar infectada de psicologismo – terá cometido Antígona, ao enterrar o seu irmão Polineices, em obediência à “lei não escrita” que negava a autoridade positiva do rei Creonte, uma *transgressão* ou uma *restituição*? –, passou por alto a sua estrutura referencial. Bremond, que lida com grupos abertos como se estivesse a lidar com grupos fechados, fundamenta a sua tipologia narrativa nos diferentes meios de realização de processos de mediação ou transformação, tratando de formalizar “le réseau complet des options logiquement offertes à un narrateur, pour continuer l’histoire commencée” (1973: 8), conquanto tal formalização, ao depender de um grupo aberto de variáveis livres, não possa ser devidamente estruturada. Acresce que os processos de melhoramento ou de empioramento apontados por Bremond não nos parecem corresponder a paradigmas estritamente lógicos, e consequentemente abstractos, das situações narrativas. Trata-se de paradigmas psicológicos e culturais convencionalmente determinados e, por conseguinte, sumidos na relatividade. É difícil encerrar as opções pragmáticas nos conjuntos fechados exigidos por qualquer tipo de formalização lógica. A lógica, instrumento constante

de formalização, dá-se melhor com a semântica do que com a pragmática. As noções de melhoramento e de empioramento invocadas por Bremond são sobremaneira equívocas. Para o asceta, um fim-de-semana com a magnífica Cindy Crawford não será desejável. Um filósofo cínico não consideraria a talada um benefício, já que viria bulir com a sua *ataraxia* (imperturbabilidade). A morte, para o herói homérico ou para o mártir do cristianismo, estava longe de ser um empioramento. E, hoje em dia, parece ser um indiscutível melhoramento para o *mujahideen* convicto que se sacrifica pelo Islão. No decurso dos anos setenta surgiu uma concepção diferente do texto, que deixou de ser entendido como uma estrutura fechada cujos significados se poderiam reconstruir, para passar a ser compreendido como uma “galáxia de significantes” plurais e polissémicos sujeitos a diferentes processos de “leitura”.

Seja como for, não deixa de ser certo que a atenção prestada à configuração sintático-retórica do discurso narrativo se traduziu em desatenção à sua força referencial. O positivismo lógico mantém que a lógica e a matemática já não se fundamentam, como acontecia no positivismo clássico de Stuart Mill e de Spencer, na experiência. As relações lógicas não existem como relações fácticas no seio da realidade. São relações que subsistem dentro de um sistema de representação. Carentes de conteúdo semântico, graças ao seu carácter puramente formal, a sua verificação é independente do seu suporte referencial porque, na verdade, não dispõem de suporte referencial. Para o positivismo lógico as proposições da matemática não são sintéticas, como queriam Kant e Mill, mas analíticas. A sua validade apriorística depende do seu carácter analítico. A linguagem lógica, como Frege deixou bem assente, só se preocupa com a correcção formal da representação, desprovida de validade semântica. O positivismo lógico, no seu fervor analítico, não toma em consideração a linguagem emotiva, artística, acessível à intuição, que na sua expressividade dominante não se submete à camisa-de-forças da lógica. A intuição bergsoniana pressupunha uma experiência consciente, embora irreflectida. “Nous savons ce que sont l’existence, la vie, la souffrance, la joie, la connaissance, avant d’en avoir esquissé la moindre conception. Nous les appréhendons *immédiatement*, c’est-à-dire sans l’interposition d’aucun intermédiaire qui en constitue une altération ou une interprétation” (Le Senne 1949: 191). É indubitável, no entanto, que um soneto de Petrarca ou de Garcilaso, uma página de Valle-Inclán ou



de Camilo, podem chegar a ter um fechamento estético que se nos impõe pela sua coerência para-lógica, susceptível de análise. A arte, pelo menos a partir de Aristóteles, está enfeudada à lógica. Segundo o positivismo lógico do Círculo de Viena, as proposições matemáticas não concordam com o esquema tradicional do juízo proposto pela lógica clássica (sujeito – cópula – predicado), visto que só exprimem relações. A logística, vigente a partir dos trabalhos de Frege e dos *Principia Mathematica* de Whitehead e Russell (1910-1913), permitiu, com o seu simbolismo, que os conceitos e os enunciados e as regras da sua conexão fossem expostos com precisão matemática. Mas a lógica e a matemática não enunciam nada que diga respeito à realidade factual. “Las relaciones lógicas son relaciones meramente mentales; no existen como relaciones fácticas dentro de la realidad, sino sólo como relaciones dentro del sistema de representación (Kraft 1977: 31). Será esta asserção de Kraft aplicável *ipsis verbis* às relações ficcionais. Há épocas em que o género determina a realização individual. Noutras o narrador trata, com desigual fortuna, de compor a sua própria poética, a sua poética idiossincrásica.

Russell, preso a uma noção do significado meramente denotativa, põe de lado a conotação. O termo conotação não tem origem no campo da linguística. Antes de Bloomfield o introduzir na terminologia linguística, em 1933, era um termo estritamente lógico. William Occam, na sua *Summa Logicae* (*pars prima*, cap. 10), faz uma distinção entre *nomes conotativos* e *nomes absolutos*. John Stuart Mill ainda utiliza o termo nesse sentido. Os nomes absolutos prestam-se a definições reais. Os nomes conotativos têm duas diferentes cargas significativas: significam algo de um modo principal e algo de um modo secundário. Para Stuart Mill, ainda dentro da tradição occamiana, a conotação é o conjunto de notas que determinam um objecto: é ou bem uma definição, ou bem uma descrição. “A circunferência é uma figura plana curva cujos pontos são equidistantes de um ponto interior chamado centro” é uma definição conotativa. “Aquele homem do fato cinzento” é uma descrição conotativa. A conotação parece estar sempre presente tanto na definição como na descrição. Poderemos limitar, hoje em dia, tendo em conta a deformação a que o conceito foi sujeito ao transitar para o campo da linguística e da poética, a noção de conotação à função de mecanismo reprodutor de informações referenciais? Ou devemos, pelo contrário, ampliar o conceito até permitir que se iguale a uma plena liberdade de associação pragmática? O estado

actual dos conhecimentos acumulados pelas ciências cognitivas permite-nos pensar que o cérebro humano funciona de modo semelhante a outros sistemas inteligentes de tratamento da informação, nomeadamente os termóstatos, as células fotoeléctricas, os computadores, o sistema nervoso dos invertebrados. Será preciso inserir no âmbito da “psicologia ordinária” estados cognitivos aos que Stich (1978) chamou *infra-doxásticos*, importantíssimos na realização do processo criador. O processo neurológico podera ter, então, uma natureza lógica subreptícia.

Para o positivismo lógico há dois tipos de enunciados: (1) Os que têm validade analítica, graças à sua estruturação lógica; (2) Os enunciados sobre factos, que são proposições sintéticas refutáveis em virtude da sua dependência empírica. O enunciado ficcional, quer seja verosímil, quer inverosímil, tem por força de estar ligado a modelos da realidade factual mediante relações de acessibilidade. A sua validade dependerá, necessariamente, da sua configuração lógica. Como afirma Kripke (1982: 27), um enunciado analítico – por exemplo, “Os celibatários não são casados” – é verdadeiro em virtude do seu sentido, o que o torna verdadeiro em todos os mundos possíveis. O enunciado ficcional verosímil também depende, indirectamente, da experiência, embora, devido à ausência de um referente externo, não possa ser verificado. Não pode ser actualmente verificado, mas apresenta-se como logicamente verificável, graças às suas relações de acessibilidade com o mundo da realidade factual e com a sua organização lógica. O inverosímil, embora diminua a zona de intersecção entre o real e o imaginário, também depende do mundo real. Um universo ficcional radicalmente heterogéneo e heteromórfico, na sua relação com a realidade, seria incompreensível, inconceptualizável. “Es claro que por muy diferente del real que se imagine un mundo debe tener algo – una forma – en común con el mundo real” (Wittgenstein 1975: 2.022). Quando se afirma que o significado de uma proposição é determinado pelo seu método de verificação, não se trata de concluir que o significado de uma proposição depende da sua verificação *de facto*. A verificação *de facto* só é indispensável para garantir a verdade, como correspondência, de um enunciado, mas não a coerência do seu significado. O significado de uma proposição está intimamente relacionado com a sua possibilidade de realização factual e não com a sua realização efectiva. “Lo que es pensable es también posible”, escrevia Wittgenstein (1975: 3.02). E também: “Nosotros no podemos



pensar nada ilógico, porque, de outro modo, tendríamos que pensar ilógicamente” (1975: 3.03). A possibilidade está submetida a um necessário condicionamento lógico. Contudo, a lógica que governa a verosimilhança não obedece aos constringimentos da lógica formal. Afirmar que algo é possível só quer dizer que esse algo não poderá vir a desdizer as leis naturais e o princípio de não contradição:

Naturally, these worlds (os mundos possíveis) must be conceived not so much as alternatives to the real world but as worlds connected with it. Here possible world semantics can be useful: it can provide a clear set-theoretical model for the structure of the relation connecting a piece of fiction with the real world. This would be called the accessibility relation (Castañeda 1979: 59).

O conteúdo intencional, como quer Husserl, não está nem dentro nem fora da consciência. “Cada contenido intencional se ofrece a la consciencia precisamente como heterogéneo a ella y no hay contenidos que no se ofrezcan de manera actual o potencial a la consciencia y que le sean inaccesibles (Gurvitch 1931: 67).

Enquanto os juízos analíticos terão de ser verdadeiros em todos os mundos possíveis (Kripke 1982: 27), os juízos constitutivos de mundos, verosímeis ou inverosímeis, têm por força de ser sintéticos, embora o produto final, *Madame Bovary* ou *The Lord of the Rings*, se preste a uma abordagem analítica. “Emma Bovary é Emma Bovary”, superando o aparente juízo inerencial de identidade, quer dizer que Emma Bovary é imaginativa, sonhadora, desordenada, imprudente, adúltera. “Emma Bovary”, embora careça de base referencial, é um conjunto de propriedades descritivas dinamizadas. Como Emma Bovary não pode ser Emma Bovary, dada a sua arreferencialidade factual de entidade existencialmente inquantificável, limita-se a ser uma acumulação possivelmente necessária, como já queria Aristóteles, de propriedades. A mimese pode ser explicada como configuração de uma realidade não efectiva que responde, de algum modo, às constantes estruturais da realidade efectiva. A inverosimilhança, por outro lado, como nos diz Tomás Albadalejo, “supone una ampliación del concepto de mundo posible a mundos objetivamente imposibles, pero que están provistos artísticamente de realidad” (1992: 85). Os modelos de mundo inverosímeis, que constituem os textos ficcionais amiméticos, são determinados por instruções até certo ponto distintas

das que informam a realidade efectiva, de modo a projectar seres, estados, processos e acções que não se encontram na realidade factual, embota tenham que guardar com a realidade relações homomórficas que os tornem compreensíveis. Hoje em dia, a explicação da ficcionalidade exige uma abordagem pragmática, contrária à autonomia e à estabilidade textual (Fish 1980: 15), já que só o receptor, adstrito a uma determinada “comunidade interpretativa”, pode resolver, impondo critérios intersubjectivos que têm validade dentro de uma determinada consciência de grupo, a condição ontológica da realidade ficcional. O Milagre de Fátima é, para uns, criação imaginária completamente destituída de verosimilhança, enquanto, para outros, é uma realidade tangível. A fórmula oferecida por N. Goodman, um dos filósofos mais argutos dos tempos que correm, é estimulante:

When we speak of a picture as depicting a unicorn, even though there are no unicorns to depict, what we are saying in effect is rather that the picture is a unicorn-picture; we are saying not that the picture denotes anything but rather that it is denoted by the term “unicorn-picture”. And we can distinguish unicorn-pictures from centaur-pictures, as we distinguish desks from tables, with no regard to their denoting anything (1984: 60).

A representação cria a sua base referencial. O unicórnio e o centauro são imanentes à sua descrição. Se o centauro e o unicórnio carecem de denotação literal, não por isso deixam de ter denotação “metafórica”. As *null labels* referenciais ganham consistência metafórico-descritiva ao ser ficcionalizadas. “For example, “satyr” or a satyr-picture perhaps exemplifies “lasciviousness label” while “unicorn” or a unicorn-picture exemplifies “chastity label”–,(N. Goodman 1984: 64). Já estamos outra vez a trocar a denotação pela propriedade, o argumento pela função. Pode-se dizer que um homem é lascivo tal como se pode dizer que ele é um sátiro. E para dizer que um homem é lascivo pode-se dizer que ele é um sátiro. Uma etiqueta nula produz uma etiqueta disjuntivamente quantificável, embora nem o centauro nem o unicórnio sejam existencialmente quantificáveis. O centauro responde ao projecto de entranhar no homem a bestialidade. Os filhos de Ixion simbolizam a força bruta, cega e insensata. Também simbolizam os centauros a concupiscência. Por isso a sua representação renascentista, de dominante platónica, eivada de espiritualismo, os



representava frequentemente afundados na tristeza, na insatisfação. Era o preço que tinham de pagar pela repressão. Seja como for, a carga predicativa do centauro constitui-se na sua inexistente base referencial. O predicado ficcional, substancializado, pode emigrar do universo ficcional e vir a povoar o mundo da realidade fáctica. “And whether a man is metaphorically a Don Quixote or a Don Juan is perhaps even easier to decide than whether he is literally a schizoid or a paranoic” (N. Goodman 1984: 73).

### Obras citadas

- Albadalejo**, Tomás (1992) *Semántica de la narración: la ficción realista*, Madrid, Taurus
- Bloomfield**, Leonard (1933) *Language*, New York, Holt, Rinehart and Winston
- Castañeda**, Hector-Neri (1979) “Fiction and Reality: their Fundamental Connections. An essay on the ontology of total experience”, in *Poetics* 8, pp. 31-62
- Chatman**, Seymour (1978) *Story and Discourse: Narrative Structure in Fiction and Film*, Ithaca and London, Cornell University Press
- Fish**, Stanley (1980) *Is There a Text in this Class?*, Cambridge, Mass. – London, Harvard University Press
- Genette**, Gérard (1972) “Discours du récit”, in *Figures III*, Paris, Seuil, pp. 67-281
- Goodman**, Nelson (1984) *Of Mind and Other Matters*, Cambridge, Mass. – London, Harvard University Press
- Gurvitch**, Georges (1931) *Las Tendencias Actuales de la Filosofía Alemana*, Madrid, Aguilar
- Kraft**, Victor (1977) *El Círculo de Viena*, Madrid, Taurus
- Kripke**, Saul (1982) *La Logique des Noms Propres (Meaning and Necessity, 1972)*, Paris, Minuit
- Le Senne**, René (1949) *Introduction à la philosophie*, Paris, Presses Universitaires de France
- Prince**, Gerald (1973) *A Grammar of Stories*, The Hague Mouton
- ..... (1980) “Aspects of a grammar of narrative”, in *Poétique*, 14, pp. 178-96
- Propp**, Vladimir (1970) *La Morphologie du conte* (1928), Paris, Seuil
- Russell**, Bertrand and **Whitehead**, Alfred North (1910-1913) *The Principles of Mathematics*, 3 vls., Cambridge, Cambridge University Press

- Stich**, Stephen P. (1978) “Autonomous Psychology and the Belief-Desire Thesis”, *Monist* 61, pp. 573-91. Reprinted in Lycan, W. G. (ed.) (1990) *Mind and Cognition*, pp. 345-61, Cambridge, Mass., Blackwell
- Todorov**, Tzvetan (1969) *Grammaire du Décaméron*, The Hague, Mouton
- Wittgenstein**, Ludwig (1975) *Tractatus Logico-philosophicus*, tr. esp. Enrique Tierno Galván, Madrid, Alianza